



MERCANTIL | Distribuidora S.A.
Títulos e Valores
Mobiliários

Demonstrações Financeiras Individuais

Dezembro de 2025

Senhor Acionista:

Submetemos à apreciação de V.Sa. as Demonstrações Financeiras da Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. - Títulos e Valores Mobiliários.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Em 2025, o cenário foi caracterizado por importante desaceleração da atividade econômica, em face da política monetária restritiva ao longo do exercício. De fato, a taxa Selic foi elevada gradativamente de 12,25% aa, em dezembro de 2024 até atingir os atuais 15,0% aa. A inflação anual medida pelo IPCA foi de 4,26%, ante 4,83% de 2024. Não obstante o cenário desafiador, o Ibovespa registrou alta anual de 33,95%, ante queda de 10,36% de 2024. As aplicações financeiras com rendimentos atrelados à taxa Selic também obtiveram significativo ganho real.

CONTEXTO CORPORATIVO E DESEMPENHO OPERACIONAL

A Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. é subsidiária integral do Banco Mercantil do Brasil S.A. e tem por objeto, dentre outras atividades, a intermediação e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado e a administração de fundos de investimentos e de recursos de terceiros.

O gerenciamento da estrutura de capital, o cálculo dos limites operacionais e o gerenciamento dos riscos são centralizados no Controlador, em conformidade com as normas em vigor. O índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) é de 13,5%, perante mínimo requerido de 10,50%, já considerado o adicional de capital principal.

O Ativo total é de R\$ 24,8 milhões e está representado por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 21,7 milhões, ativos fiscais de R\$ 814,0 mil e outros ativos R\$ 2,3 milhões. O passivo está composto por provisões de R\$1,9 milhão, passivos fiscais e outros passivos no montante de R\$ 505,0 mil. O Patrimônio Líquido é de R\$ 22,4 milhões e o lucro líquido R\$ 465,0 mil.

Finalizando, registramos agradecimento ao acionista e clientes pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores pelo compromisso para com as metas e objetivos da Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.

Belo Horizonte, março de 2026.

Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. -
Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. - Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. -
Títulos e Valores Mobiliários

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Distribuidora e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Distribuidora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Distribuidora é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. -
Títulos e Valores Mobiliários

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.



Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. -
Títulos e Valores Mobiliários

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 3 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by:
Luís Carlos Matias Ramos
Signed By: LUÍS CARLOS MATIAS RAMOS 000076420
CPF: 10081708208
Signed Time: 03 de março de 2026: 18:27:00
© 2016-2025. O.U. Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB
C. DE
TRAB. AC. SEBRAE-MTB-05
0019A232804624.

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

			(Em milhares de reais)
Ativo	Nota	31/12/2025	
Disponibilidades	3	130	
Instrumentos Financeiros		21.576	
Ao custo amortizado	4	21.576	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.1	21.576	
Ativos Fiscais	5	814	
Correntes		3	
Diferidos	5.1	811	
Outros Ativos	6	2.301	
Total do Ativo		24.821	
Passivo e Patrimônio Líquido			
Provisões	7	1.952	
Passivos Fiscais		226	
Correntes		220	
Diferidos		6	
Outros Passivos		279	
Patrimônio Líquido	8	22.364	
Capital Social	8.1	19.250	
Reservas de Lucros	8.2	3.114	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		24.821	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	2º Semestre 2025	31/12/2025
Receita da intermediação financeira		1.524	2.838
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4	1.524	2.838
Resultado líquido da intermediação financeira		1.524	2.838
Outras receitas / (despesas) operacionais	9	(394)	(2.063)
Receitas de Prestação de Serviços	9.1	1.538	2.833
Despesas de Pessoal	9.2	(1.241)	(2.650)
Outras Despesas Administrativas	9.3	(547)	(1.263)
Despesas Tributárias	9.4	(244)	(427)
Outras Receitas Operacionais		134	173
Outras Despesas Operacionais	9.5	(61)	(803)
Reversões / (Despesas) de Provisões	9.6	27	74
Resultado antes dos impostos		1.130	775
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.2	(418)	(310)
Provisão para Imposto de Renda		(113)	(113)
Provisão para Contribuição Social		(72)	(72)
Ativo Fiscal Diferido	5.1	(233)	(125)
Lucro do período		712	465
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)			
Ações ordinárias		6,2878	4,1065
Lucro Atribuído (em reais - R\$ mil)			
Ações ordinárias		712	465
Número de Ações em Circulação - básico e diluído			
Ações ordinárias		113.236	113.236

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	(Em milhares de reais)	
	2º Semestre 2025	31/12/2025
Lucro Líquido do período	712	465
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do período	712	465

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	(Em milhares de reais)				
	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
		Legal	Estatutárias		
Saldos em 31/12/2024	19.250	184	2.575	-	22.009
Lucro Líquido do Período	-	-	-	465	465
Destinações:					
Reservas	-	23	332	(355)	-
Dividendos	-	-	-	(110)	(110)
Saldos em 31/12/2025	19.250	207	2.907	-	22.364
Mutações do Período	-	23	332	-	355
Saldos em 30/06/2025	19.250	184	2.575	(247)	21.762
Lucro Líquido do Período	-	-	-	712	712
Destinações:					
Reservas	-	23	332	(355)	-
Dividendos	-	-	-	(110)	(110)
Saldos em 31/12/2025	19.250	207	2.907	-	22.364
Mutações do Período	-	23	332	247	602

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – Método Indireto

	(Em milhares de reais)	
	2º Semestre 2025	31/12/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.130	775
Ajustes ao Lucro antes dos Impostos	(23)	(70)
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais	28	16
Atualizações Monetárias Ativas	(51)	(86)
Variações em Ativos e Passivos	(300)	(116)
(Aumento) / Redução em Ativos		
Ativos Fiscais	49	26
Outros Ativos	1.132	1.157
(Redução) / Aumento em Passivos		
Provisões	(1.191)	(1.187)
Passivos Fiscais	(35)	(52)
Outros Passivos	(255)	19
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	(79)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	807	589
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(175)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	-	(175)
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	807	414
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	20.899	21.292
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	21.706	21.706
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	807	414

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	(Em milhares de reais)	
	2º Semestre 2025	31/12/2025
1 - Receitas	3.162	5.115
Intermediação financeira	1.524	2.838
Prestação de serviços	1.538	2.833
Outras	100	(556)
2 - Despesas de Intermediação Financeira	-	-
3 - Insumos adquiridos de terceiros	(547)	(1.263)
Serviços de terceiros	(415)	(1.008)
Outros	(132)	(255)
Processamento de dados	(42)	(85)
Serviços do sistema financeiro	(23)	(42)
Outros	(67)	(128)
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	2.615	3.852
5 - Depreciação, amortização e exaustão	-	-
6 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4-5)	2.615	3.852
7 - Valor adicionado recebido em transferência	-	-
8 - Valor adicionado a distribuir (6+7)	2.615	3.852
9 - Distribuição do valor adicionado	2.615	3.852
Pessoal	990	2.110
Remuneração direta	947	2.026
Benefícios	29	58
FGTS	14	26
Impostos, taxas e contribuições	913	1.277
Federais	817	1.117
Municipais	96	160
Remuneração de capitais próprios	712	465
Dividendos	110	110
Lucros Retidos do Período	602	355

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

A Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários (Distribuidora) é subsidiária integral do Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e tem por objeto, dentre outras atividades, a intermediação e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado e a administração de fundos de investimentos e de recursos de terceiros. A sede da Distribuidora está localizada na Rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das informações contábeis em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresentada como informação suplementar para fins de atendimento ao Banco Central do Brasil. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios elaborado em conjunto com o Controlador conforme estabelece o art. 5º da Resolução nº 4.966/21.

Adicionalmente, o Banco aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria da Distribuidora em 03/03/2026.

2.2. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual a Instituição administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPJ Test*), cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como “Resultado de Títulos e Valores Mobiliários”.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado em “Resultado de Títulos e Valores Mobiliários” utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em “Resultado de Títulos e Valores Mobiliários”.

A Distribuidora não possui nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando tivermos passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

c) Impostos e Contribuições**• Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

• Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% em conformidade com a Lei nº 14.183/21.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

e) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, o que ocorre, usualmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas (trânsito em julgado). Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações fiscais, trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos como provisão quando existe um provável desembolso de recursos para liquidar a obrigação, desde que os valores envolvidos possam ser estimados com confiança.

f) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial.

g) Lucro / Prejuízo por ação

O Lucro / Prejuízo por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no período (vide nota nº 8.4.).

A Distribuidora não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2025 e, dessa forma, o lucro / prejuízo por ação diluído é igual ao básico.

h) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução CMN nº 4.872/20, os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

i) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas da Distribuidora, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para perdas esperadas (*Impairment*):** a Distribuidora avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, a Distribuidora exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** As contingências da Distribuidora são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	Dez / 2025
Disponibilidades	130
Aplicações interfinanceiras de liquidez	21.576
Total	21.706

4. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

4.1. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	Dez / 2025
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	21.576
Letras do Tesouro Nacional	21.576
Total - Circulante	21.576

As aplicações Interfinanceiras de Liquidez, com base na Resolução CMN nº 4.924/21, estão classificadas no Nível 1 da Hierarquia de Valor Justo.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os Resultados das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são registrados diretamente na rubrica de “Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários”, e são representados, basicamente, pelas rendas de aplicações em operações compromissadas.

5. Ativos Fiscais

5.1. Diferidos – Créditos Tributários

a) Composição e movimentação dos créditos tributários

Descrição	Saldos em 01/01/2025	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2025
Diferenças temporárias - Contingências	462	4	(40)	426
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	474		(89)	385
Total	936	4	(129)	811

Em conformidade com o § 2º, inciso V do artigo nº 20 da Resolução BCB nº 02/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados no ativo realizável a longo prazo.

b) Realização dos créditos tributários

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, são calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

Exercícios	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal / Base Negativa	Dez / 2025
2026	35	178	213
2027	-	161	161
2028	-	46	46
2030 a 2032	391	-	391
Total	426	385	811
Valor presente	225	306	531

5.2. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Dez / 2025
Resultado antes dos impostos	775
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquota 40%	310
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	310

6. Outros Ativos

Descrição	Dez / 2025
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 7. b.)	1.952
Despesas antecipadas	29
Valores a receber	315
Outros	5
Total	2.301
Circulante	349
Não circulante	1.952

7. Provisões

a) Composição das provisões

A Distribuidora possui processos tributários em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos (obrigações legais).

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referente aos processos fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que a Distribuidora venha obter favorável êxito judicial.

b) Movimentação das provisões

Descrição	Riscos Fiscais
Saldo em 01/01/2025	3.123
Constituições	(69)
Atualização Monetária	90
Liquidações / Atualização de depósitos	(1.192)
Saldo em 31/12/2025	1.952
Depósitos judiciais (vide nota nº 6.)	1.952

Em 31 de dezembro de 2025, a Distribuidora não possuía ações judiciais classificadas pela Administração e pelos consultores jurídicos externos com de risco possível de perda.

8. Patrimônio Líquido

8.1. Capital Social

O Capital social é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Dez / 2025	
	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	113.236	19.250
Total do capital subscrito e integralizado	113.236	19.250
Valor nominal em reais	170,00	

8.2. Reservas de Lucros

a) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

b) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

8.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Descrição	Dez/25
Lucro Líquido do Período	465
Reserva Legal	(23)
Base de cálculo	442
Dividendos	110
Percentual sobre a base de cálculo	25%

8.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

Descrição	Dez / 2025
Número médio e final de ações - Ordinárias	113.236
(Lucro) básico atribuível (em R\$ mil)	465
(Lucro) básico por ação	4,1065

9. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

9.1. Receitas de prestação de serviços

Referem-se, basicamente, às rendas de administração dos fundos de investimentos.

9.2. Despesas de pessoal

Descrição	Dez / 2025
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	1.697
Encargos sociais	566
Proventos	326
Benefícios	58
Participações no lucro	3
Total	2.650

9.3. Outras despesas administrativas

Descrição	Dez / 2025
Serviços de terceiros	702
Processamentos de dados	85
Serviços prestados – Ligadas ⁽¹⁾	348
Outras	128
Total	1.263

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, ao reembolso de custos de gestão e administração pagos ao seu Controlador pela prestação de serviços diversos (vide nota nº 10.1.).

9.4. Despesas tributárias

Referem-se, basicamente, as contribuições de PIS e COFINS calculadas sobre a receita bruta e o ISSQN calculado sobre as receitas de prestação de serviços.

9.5. Outras Despesas Operacionais

Referem-se, basicamente, à contribuição pecuniária decorrente do Termo de Compromisso firmado em 27/03/2025 com o Banco Central do Brasil (PE 277977), no âmbito da Lei nº 13.506/2017, e às variações monetárias passivas.

9.6. Reversões / (despesas) de provisões

Refere-se à (constituições) / reversões de provisões para riscos fiscais.

9.7. Resultados não recorrentes

No exercício, não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

10. Transações com Partes Relacionadas

10.1 Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, condições e taxas aplicáveis em conformidades e condições gerais de mercado, considerando ausência de risco. Os saldos e resultados das operações realizadas são como segue:

Descrição	Dez / 2025
Ativos	21.706
Disponibilidades (Banco Mercantil)	130
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Banco Mercantil)	21.576
Passivos	140
Dividendos	110
Outras obrigações (Banco Mercantil)	30
Receitas / (Despesas)	
Resultado da Intermediação Financeira	2.840
Receita de prestação de serviços	22
Outras Despesas Administrativas (vide nota nº 9.3.)	(348)

10.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

A Distribuidora dispõe de Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa da Diretoria da Mercantil do Brasil Distribuidora S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 30/04/2025, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 2.020.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários da Diretoria (vide nota nº 9.2.).

Até 31 de dezembro de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de dezembro de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

10.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a membros da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

11. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

Na Distribuidora, o gerenciamento de riscos e gestão do capital e cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com seu Controlador.

- Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no site do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura o índice de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 13,5%, perante um mínimo requerido de 8,0%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão de Alavancagem

Na Distribuidora, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

Na Distribuidora, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada no Controlador, e é realizada de forma contínua e se apoia em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento e são utilizados modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, a Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. dispõe de políticas aprovadas pela Diretoria.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no site do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

12. Outras Informações

a) A Distribuidora é responsável pela administração de recursos próprios e de terceiros.

b) A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, a Distribuidora apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis a Instituição.

Assim, o Controlador divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2025 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no site (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no site (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

MERCANTIL DO BRASIL DISTRIBUIDORA S.A. Títulos e Valores Mobiliários

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE
Athaíde Vieira dos Santos

DIRETORES EXECUTIVOS
João Rufino da Silva
José Dimas Aleixo
Valéria de Araújo Foresti Ribeiro

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7

MERCANTIL | Distribuidora S.A.
Títulos e Valores
Mobiliários